



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Ipaba – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Ipaba	26
3.1	Caracterização geral	26
3.2	Análise temática	36
3.3	Clipping de notícias	76
3.4	Textos acadêmicos	80
4	Síntese - potencialidades e fragilidades observadas	84
4.1	Turismo	84
4.2	Cultura	85
4.3	Esporte e Lazer	86
5	Avaliação de Impactos	89
5.1	Metodologia	89
5.2	Resultados	109
6	Créditos e Referências	119
	Entrevistados no Município	119
	Equipe técnica	119

Referências	123
-------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	20
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	21
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de Localização do Município de Ipaba	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Ipaba.....	40
Figura 8 Hotel Aconchego	46
Figura 9 Lagoa da Avenida do Contorno	56
Figura 10 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	58
Figura 11 Arte e artesanato produzidos na Penitenciária de Ipaba.	64
Figura 12 Oficina de costura da Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho.	65
Figura 13 Roda de Capoeira	66
Figura 14 Batizado de Capoeira	66
Figura 15 Grupo terceira idade.....	67
Figura 16 Cartaz do 10º ano do Congressode Missões	69

Figura 17 Show da Banda Brilhantina	69
Figura 18 Nuvem de termos referente ao clipping de Ipaba	79
Figura 19 Modelo de Gráfico de Radar	95
Figura 20 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	96
Figura 21 Classificação da Significância de Impactos	97

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Ipaba.....	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	110
Gráfico 3 Impacto na paisagem.....	111
Gráfico 4 Impactos sobre a pesca amadora e outras formas de lazer	113
Gráfico 5 Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água	115

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de Ipaba e de Minas Gerais (%).....	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Ipaba e de Minas Gerais ..	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Ipaba e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Ipaba e de Minas Gerais (2010 – 2013).....	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Ipaba	38
Tabela 8 Equipamentos de Alimentos e Bebidas	47
Tabela 9 Locais e Templos de Fé/Edificações	53

Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Ipaba 2014-2015	62
Tabela 11 Espaços/equipamentos Esporte e Lazer	75
Tabela 12 Clipping de notícias do município de Ipaba	77
Tabela 13 Síntese de citações - Ipaba	80
Tabela 14 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	90
Tabela 15 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais	92
Tabela 16 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	116
Tabela 17 Listagem de participantes de reunião institucional em Alpercata	119
Tabela 18 Equipe técnica	119

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Ipaba, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Ipaba aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Ipaba/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Ipaba. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir dos quais geraram-se gráficos e tabelas para subsídio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Ipaba

3.1 Caracterização geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O povoamento da área na qual Ipaba se encontra teve início por volta do ano de 1890. À época denominada Penha, a localidade deu origem ao distrito de Vale Verde, que, posteriormente, se estenderia às margens do rio Doce (IBGE, 2016).

Em 1903, teve início a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, envolvendo trabalhadores como os irmãos das famílias Mafra e Abrantes. Devido à I Guerra Mundial, em 1914, tal obra foi interrompida, levando os irmãos a se estabelecerem no porto de Inhapim onde montaram a primeira máquina de limpar café da localidade (IBGE, 2016).

Após cerca de cinco anos de paralisação, a construção da Estrada de Ferro foi retomada, tendo esta sido inaugurada em 1922. Com isso, foram criadas as estações do porto de Inhapim e de Ipatinga. Mobilizados pela distância da primeira estação em relação a Inhapim, moradores demandaram que seu nome fosse alterado e, assim, surgiu o povoado de Ipaba (IBGE, 2016).

Ipaba se tornou distrito subordinado à Caratinga, em 1982, com a Lei Estadual nº 8.285 e, em 1992, foi elevado à categoria de município com a Lei Estadual nº 10.704 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de Ipaba possui área de 112,7 km², fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Caratinga. Sua temperatura média é de 24° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Bugre, Belo Oriente, Caratinga e Santana do Paraíso. Ipaba é atualmente composto pela sede e pelo distrito de Vale Verde de Minas (MINAS GERAIS, 2016; IBGE, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se a população de Ipaba em 2016 era de 18.225 pessoas e sua densidade demográfica de 148,11 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Ipaba foi de 1,41%, sendo tecnicamente a mesma de Minas Gerais, que foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de 1,41%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 90,54%, em 2000, declinou em 10 anos, passando para 89,94%, em 2010. Valor menos elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Ipaba é um município predominantemente urbano.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Ipaba e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Ipaba	População urbana	81,98	90,54	89,94
	População rural	18,2	9,46	10,6
Minas Gerais				
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Ipaba era composta por 50,34% de homens e 49,66% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Ipaba, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 41,84%, em 1991, para 15,31%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (1,85%, em 1991, para 18,95%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 2,88% da população de Ipaba possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Ipaba possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Ipaba, no ano 2000, a razão de dependência foi de 64,9%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 51,27%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 6,78% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Ipaba e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Ipaba	Razão de dependência	80,35%	64,90%	51,27%
	Taxa de envelhecimento	4,09%	5,38%	6,78%
Minas Gerais				
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a Ipaba e ao estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso a Ipaba se dá pelas vias terrestre e ferroviária. O município conta com a Rodoviária de Ipaba, que se encontra em bom estado de conservação e cuja administração é pública, e estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Ipaba é atendido pela BR-458, situando-se a 235 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (22 Km) e Caratinga (78 Km). O transporte intermunicipal é realizado principalmente pelas empresas Univale e Viação Rio Doce (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio aeroviário se dá no município de Ipatinga, que conta com o Aeroporto da USIMINAS, que se constitui na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Ipaba conta com as empresas Oi, Tim e Vivo como a principal operadora de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui uma emissora de rádio.

A Figura 6 abaixo aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Ipaba.

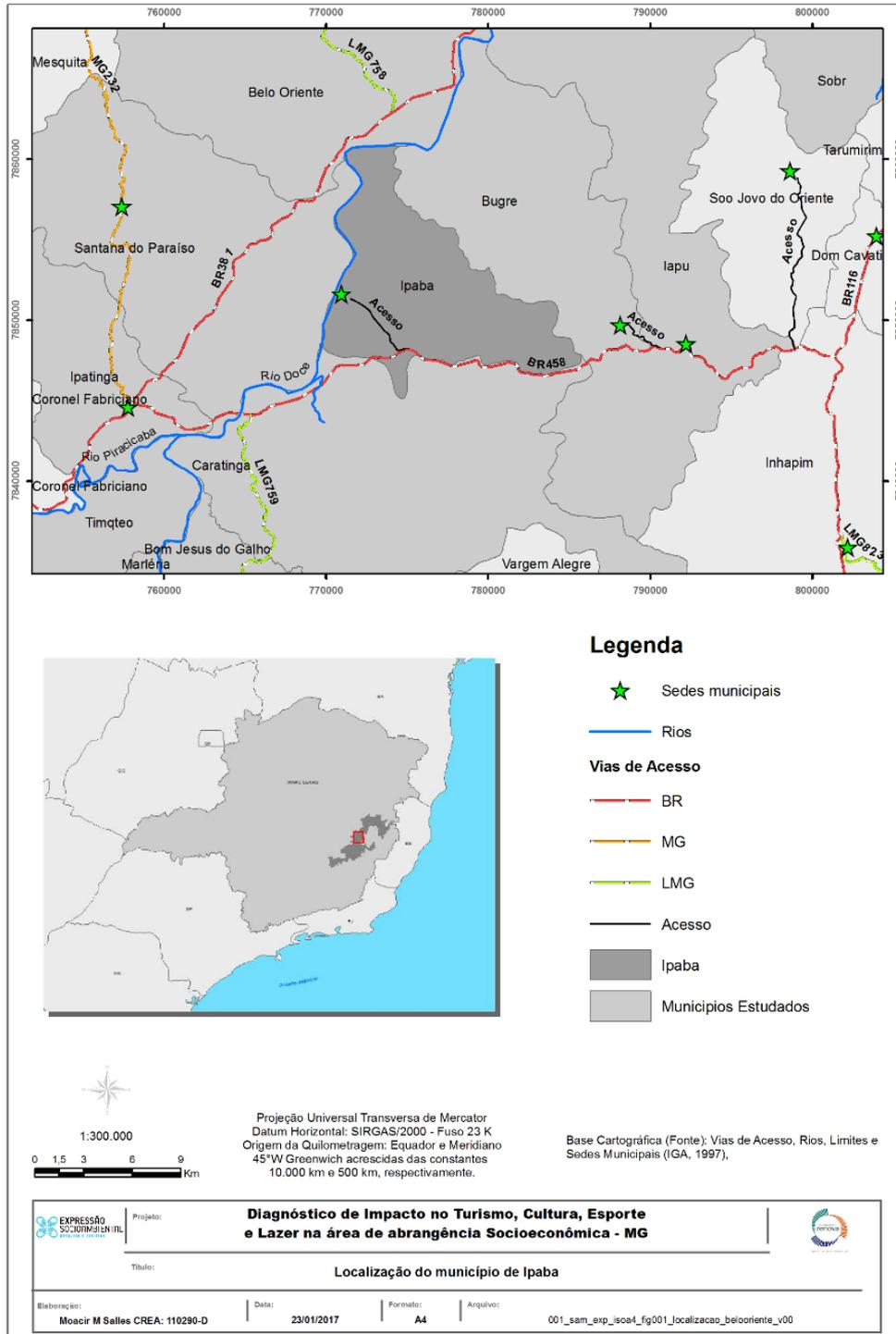


Figura 6 Mapa de Localização do Município de Ipaba

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Ipaba, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,358 do IDHM total, 0,159 do IDHM longevidade, 0,181 no IDHM renda e 0,466 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Ipaba e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ipaba	0,307	0,514	0,665	0,670	0,724	0,829	0,449	0,546	0,630	0,096	0,343	0,562
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,68	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Ipaba foi de 0,665 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,096 para 0,562. O índice referente à longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,829 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Ipaba se manteve constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Ipaba, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2012, passando de 12,3%, entre 2010 e 2011, para 19,8%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se declínio de 3,6% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 11,9% no período 2011-2013, sendo esta significativamente superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Ipaba cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Ipaba e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Ipaba	101.362	12,3	121.45	19,8	125.8	3,6
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$5.407,16, em 2010, e R\$7.097,08, em 2013. Constatam-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

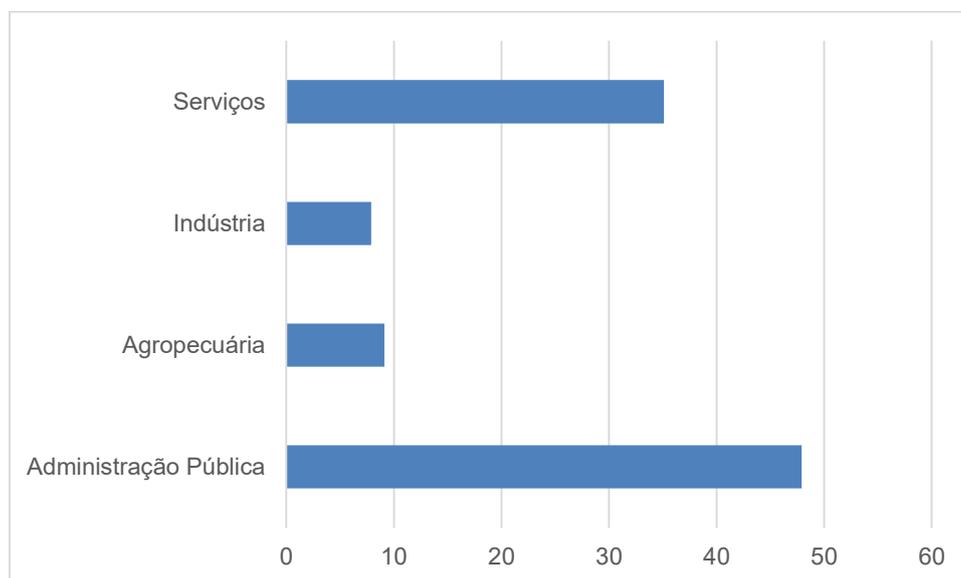
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Ipaba encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 47,9% e 35,1%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Ipaba



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 7,9% e 9,1%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, especialmente naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Ipaba possuía 3.353 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 4.900 no ano de 2010, indicando tímido crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Ipaba	3.353	4.900
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE.

Em 2014, a agropecuária era responsável por 213 empregos em 16 estabelecimentos, enquanto a indústria empregava 81 pessoas em 11 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 384 pessoas em 1 estabelecimento (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

3.2 Análise temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Ipaba. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁸. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Ipaba para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Ipaba, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 42 bens, serviços e atrativos nesse município, como demonstrado na tabela a seguir.

⁸ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Ipaba

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	30
Equipamento de hospedagem	1
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	19
Transporte	1
Locais/templos de manifestação de fé	9
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	5
Meios de Comunicação	3
Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	3
Equipamentos de Esporte e Lazer	3
Atrativos	2
Atrativo natural	1
Atrativo cultural	1
Diversidade Cultural	2
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	0
Gastronomia	0
Total	42

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.



Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Ipaba

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

Ainda em 2013, a Fundação João Pinheiro, em seu Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, analisa, entre outros, o indicador “Organização Turística do Município⁹”, que

⁹ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

mostra a participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo.

De acordo com o referido indicador, em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Ipaba ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

O município possui um órgão ou setor específico responsável pela gestão do turismo, que é a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Todavia, segundo o gestor público entrevistado, Ipaba não possui um Plano Municipal de Turismo - PMT, que é a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo de um município.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é um “instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, possuem um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base nas mudanças identificadas no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de formular adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município não possui um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que é a Instância de Governança Municipal. Segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção

contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

Considera-se este o principal mecanismo que visa à participação social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive na elaboração do PMT, que também deve contar com a participação da sociedade civil. Junto ao COMTUR, o FUMTUR também é um mecanismo importante de participação social.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A FJP (2013) mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹⁰”. “Os gastos orçamentários de Ipaba na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0,0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009”. (FJP, 2013).

O município não possui um Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), não existe uma dotação orçamentária específica para o turismo e também não dispõe de uma Legislação de incentivo ao turismo, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade a nível municipal.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Ipaba não participa do Programa Nacional de Regionalização, conseqüentemente não faz parte da política estadual dos Circuitos Turísticos (CT's),

¹⁰ O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

principal instrumento de gestão estadual onde os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

Finalmente, o município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa a investir e organizar os municípios mineiros por meio de um repasse mensal, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/equipamentos de Apoio Turístico

Ipaba já havia realizado o Inventário da Oferta Turística - INVTUR, no ano de 2014. Dessa forma, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e/ou atualizadas pela pesquisa de campo realizada em 2016 pela Expressão Socioambiental.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição foi inventariado o Hotel Aconchego, localizado no centro da sede do município. O referido hotel possui 11 unidades habitacionais, totalizando 40 leitos.



Figura 8 Hotel Aconchego

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram identificados e inventariados 19 estabelecimentos de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados, a saber:

- Pharmacia Bar do Carlão
- Bar do Tio
- Bar do Tião
- Confeitaria Helenice
- Pizzaria e Lanchonete Sabor da Massa
- Regys Pizzaria
- Máfia do Açaí
- Bar Ponto Certo
- Lanchonete Bus
- Padaria e Confeitaria Pão Gostoso
- Parada do Açaí
- Lanchonete e Pizzaria Araújo 2
- Padaria e Confeitaria Ipaba



- Restaurante da Dirce
- Padaria Massa Fina
- Creperia e Pizzaria Mil Folhas Gourmet
- Bar da Rua Manoel Carreiro
- Restaurante Garfo e Faca
- Restaurante Wembley

Tabela 8 Equipamentos de Alimentos e Bebidas



Bar do Tião



Confeitaria Helenice



Pizzaria e Lanchonete Sabor da Massa



Regys Pizzaria





Máfia do Açai



Bar Ponto Certo



Lançhonete Bus



Padaria e Confeitaria Pão Gostoso





Parada do Açaí



Lanchonete e Pizzaria Araújo 2



Padaria e Confeitaria Ipaba



Restaurante da Dirce





Padaria Massa Fina



Creperia e Pizzaria Mil Folhas Gourmet



Bar da Rua Manoel Carreiro



Restaurante Garfo e Faca



Restaurante Wembley



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Agências de turismo

Os trabalhos de campo realizados permitiram identificar que o município não conta com nenhum serviço de agenciamento turístico.

3.2.1.2.4 Espaço para eventos

Em Ipaba não foram identificados equipamentos para realização de congressos, convenções, exposições, feiras e show de grande porte. Foi informada a existência de espaço para instalação de circo.

3.2.1.2.5 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados nove locais e templos de fé em Ipaba, a saber:

- Igreja Católica de São Sebastião
- Assembleia de Deus
- Assembleia de Deus – o despertar da fé
- Igreja Mundial do Poder de Deus
- Igreja Nossa Senhora da Penha
- Ministério de Deus é Vida
- Igreja Internacional da Graça de Deus
- Igreja do Evangelho Quadrangular
- Assembleia de Deus

Tabela 9 Locais e Templos de Fé/Edificações

Igreja Católica de São Sebastião



Assembleia de Deus



Assembleia de Deus – O despertar da fé



Igreja Mundial do Poder de Deus





Igreja Nossa Senhora da Penha



Ministério de Deus é Vida



Igreja Internacional da Graça de Deus



Igreja do Evangelho Quadrangular





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais e, sendo ou não protegidos pelo município, pelo Estado ou pela União, esses templos se constituem em lugares de práticas culturais e de construção de identidades coletivas, pelo viés da diversidade religiosa do município. É importante considerar também que, por vezes, tais templos de fé abrigam importantes elementos arquitetônicos e históricos de caráter artístico, estilístico, ritualístico e religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de telas, imaginárias, indumentárias, decorações, mobiliário, objetos de culto, dentre outros.

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

O principal atrativo natural do município de Ipaba é a Lagoa da Avenida do Contorno. O local, que é utilizado para contemplação, possui acesso totalmente pavimentado e está localizado no centro da cidade.



Figura 9 Lagoa da Avenida do Contorno

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 10 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 10 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Ipaba, buscando-se avaliar os seguintes aspectos: estrutura de gestão, legislação e fontes de financiamento, mecanismos de controle e participação social, espaços e equipamentos, diversidade cultural, calendário de eventos e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política pública de cultura em Ipaba é uma atribuição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Portanto, o referido órgão acumula dentre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais, o que não favorece o seu desempenho.

Conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹¹, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Informa-se que o município de Ipaba não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, não assinou o Acordo de Cooperação Federativa e não aprovou a lei que cria o Sistema Municipal de Cultura. Dentre as várias competências municipais ainda não realizadas está a criação de um Fundo Municipal de Cultura e a elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Realça-se, também, que o município não tem política estruturada e continuada na área cultural.

A análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹² realizada pelo IBGE, possibilita perceber que são poucas as ações realizadas com recursos próprios ou apoiadas pela municipalidade na área cultural. Àquela época foram citados: ações destinadas a crianças e adolescentes e para a terceira idade; apoio às culturas populares; realização de ações de fomento ao livro e leitura; reforma e manutenção da biblioteca pública; apoio à realização de feira de livros e às festas e celebrações tradicionais locais.

¹¹ O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

¹² A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

3.2.2.1.2 Mecanismos de participação

No que se refere à participação da sociedade civil na gestão da política cultural, os dados levantados na pesquisa de campo indicam que Ipaba não possui Conselho Municipal de Cultura.

Todavia, o município dispõe de Conselho Municipal de Patrimônio, instituído em 2015 por meio do Decreto nº 008/2005. Tal Conselho consiste em um órgão de assessoramento ao Prefeito no que diz respeito à preservação dos bens culturais, composto de 7 membros efetivos e respectivos suplentes, representantes do poder público e de entidades da sociedade civil.

Informa-se que o município nunca realizou conferência de cultura e tampouco participou de conferências estaduais e nacionais.

3.2.2.1.3 Financiamento e fomento

Ipaba não possui Lei ou Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

Os dados sobre os recursos do orçamento municipal destinados à Cultura, coletados no portal Fiscalizando com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE¹³, estão expressos na Tabela 10, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015.

Observa-se que constam cerca de R\$ 355 mil gastos na função Cultura em 2014, o que corresponde a 1,5% do orçamento municipal anual executado. O valor foi todo aplicado no subitem "Manutenção de festividades cívicas, tradicionais e populares".

Já no orçamento de 2015, o valor da função Cultura foi reduzido para pouco mais de R\$ 103 mil, o qual corresponde a 0,4% do orçamento municipal realizado. Também em 2015 esse

¹³ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

valor foi totalmente destinado à rubrica "Manutenção de festividades cívicas, tradicionais e populares".

Não foram registrados recursos destinados às ações diretas de promoção e proteção do patrimônio e tampouco para manutenção de programas e atividades culturais regulares.

É fundamental destacar que tal situação, comumente encontrada nos municípios do interior, é desfavorável ao desenvolvimento da política cultural, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa e subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para as outras prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, entre várias outras.

O município não participou da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁴, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, nos exercícios de 2013, 2015 e 2017, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada às necessidades da localidade.

Em 2017, o município apresentou pontuação de 1,40 em virtude de ter um bem registrado em âmbito federal - a Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira. Tal pontuação se reverterá em pequeno repasse de recurso financeiro para o município em 2017, mas pode ser aproveitada como um estímulo para se iniciar uma efetiva política pública de cultura e patrimônio no município, ampliando as ações, a pontuação e os repasses para o próximo exercício.

¹⁴ O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Ipaba 2014-2015

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	30.752.000,00	33.083.207,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	24.045.864,62	23.291.768,85
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	355.910,00	103.362,80

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016.

3.2.2.2 Espaços e equipamentos culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Dados do IMRS 2013 revelam que Ipaba, juntamente com 72,6% dos municípios do estado, não apresentava pluralidade de equipamentos culturais.

Ipaba já havia realizado o Inventário da Oferta Turística - INVTUR, no ano de 2014, importante instrumento de conhecimento dos bens, serviços e atrativos passíveis de serem incorporados às políticas públicas setoriais de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e/ou atualizadas pela pesquisa de campo realizada em 2016 pela Expressão Socioambiental.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

O município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas como teatro, sala de espetáculo, galerias, museus ou cinema, necessários para

abrigar produções locais e externas. Em Ipaba, as manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos.

3.2.2.2 Arquivo público/documentação/biblioteca

À exceção da Biblioteca Pública Municipal Geraldo Godinho, com área de 31 m², acervo de 2 a 3 mil livros, 186 leitores cadastrados e estado de conservação regular, o município não dispõe de outros espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivos públicos. Salienta-se que, de acordo com os critérios estabelecidos no Inventário, a biblioteca é também um atrativo cultural do município.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis na MUNIC 2014 apontam a presença de grupos e artistas no município que atuam nas áreas da dança e de manifestações populares, além de banda de música, capoeira e produtos artesanais, principalmente tecelagem, bordado e artesanato em madeira.

Destaca-se que o artesanato é uma atividade também praticada pelos detentos da Penitenciária de Ipaba e comercializado em feiras, inclusive em outras cidades de Minas Gerais.

Arte e artesanato produzidos na Penitenciária de Ipaba.



Figura 11 Arte e artesanato produzidos na Penitenciária de Ipaba.

Fonte:<http://www.agenciaminas.noticiasantigas.mg.gov.br/noticias/artesanato-produzido-por-detentos-de-ipaba-e-exposto-no-vale-do-aco/>

http://www.diariopopularmg.com.br/vis_noticia.aspx?id=1196

Oficina de costura da Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho.



Figura 12 Oficina de costura da Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho.

Fonte: <http://sapeeducacaomg.blogspot.com.br/2011/12/projeto-arte-criatividade.html>

Na área musical, destaca-se o estilo gospel, com artistas solo e também com a Corporação Musical Harmonia Angelical, ligada à Igreja Assembleia de Deus. Também há a Banda de Música do 14º. Pelotão da PMMG.

Uma das principais manifestações da cultura local, segundo apurado em entrevistas, é a capoeira, que conta com vários expoentes. Entre eles cita-se o Grupo de Capoeira ACEM - Academia de Capoeira Escola de Mestres, comandado pelo Mestre Renato, e a AACR - Associação de Capoeira Rock Lando Mestre Pantera



Figura 13 Roda de Capoeira

Fonte : <https://i.ytimg.com/vi/89cwCJ9MGEQ/hqdefault.jpg>



Figura 14 Batizado de Capoeira

Fonte: Página do facebook da associação de capoeira Rock Lando Mestre Pantera Negra Valdeir

Também foi inventariado o Grupo da Terceira Idade, que desenvolve trabalhos manuais e artesanato, além de atividades de socialização.

Alguns produtos típicos da culinária local devem ser destacados, como por exemplo a rapadura e os doces caseiros. De acordo com diagnóstico elaborado pelo Sebrae, em 2004, também merecem destaque a apicultura, desenvolvida nas grandes áreas de plantio da Cenibra, e os produtos derivados da farinha e do polvilho em Água Limpa dos Vieiras. Nesse distrito também havia, à época do diagnóstico elaborado pelo Sebrae, uma padaria comunitária e uma unidade de beneficiamento de verduras.

Há ainda no município uma empresa que fabrica polpas, sucos, sorvetes, picolés e outros produtos derivados de frutas, comercializados em Ipatinga e região.



Figura 15 Grupo terceira idade

Fonte: <http://www.institutocenibra.org.br/pagina/31/agua-limpa.aspx>

Na pesquisa de campo não foram citados cursos ou oficinas de formação artística e cultural. Entretanto, os próprios grupos culturais anteriormente mencionados realizam formação em capoeira, artesanato, doces e bolos caseiros.



A pesquisa em fontes de dados secundários também indicou que o município recebe atividades sociais e culturais desenvolvidas pelo Instituto Cenibra, entre elas o curso de elaboração de projetos, o projeto Ação e Cidadania, além de espetáculos, oficinas de capacitação cultural e de artesanato.

3.2.2.4 Calendário cultural

Os principais eventos de Ipaba são¹⁵:

- Fevereiro – carnaval;
- Abril - Aniversário da cidade (27 de abril);
- Maio – Festa da Amizade e Cultura;
- Maio – Festa do trabalhador;
- Junho – Congresso de Missões, encontro evangélico;
- Junho – Festa Junina

¹⁵ As informações a respeito do calendário cultural, exceto a data do aniversário do município, foram coletadas de dados secundários.



Figura 16 Cartaz do 10º ano do Congresso de Missões

Fonte: https://i.ytimg.com/vi/TRv_9IKnM3k/maxresdefault.jpg



Figura 17 Show da Banda Brilhantina

Fonte: <http://www.bandabrilhantina.com.br/EVENTOS2014/100514/100514.html>

3.2.2.5 Patrimônio cultural e memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

No município de Ipaba, a proteção ao patrimônio cultural material e imaterial foi estabelecida através da Lei nº 425/2005.

O acompanhamento e deliberação a respeito da política de preservação do patrimônio em Ipaba é realizado pelo Conselho Municipal de Patrimônio, instituído pelo Decreto nº 008/2005 e que se encontra ativo.

O município conta com Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC, instituído através da Lei nº 695/2015. No Artigo 1º desta Lei define-se a finalidade do FUMPAC como a de “prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural local”.

As principais fontes de recursos do FUMPAC, segundo seu Artigo 5º, são provenientes de dotação orçamentária própria da Prefeitura, da cota-parte do ICMS Patrimônio Cultural e de outras contribuições, repasses, convênios e donativos em bens ou espécie.

Embora conste no Artigo 8º da Lei em tela que “será aberto pelo menos um edital por ano, facultando as pessoas físicas e jurídicas apresentação de projetos a serem custeados pelo FUMPAC”, ainda não foram selecionados projetos para execução com os recursos do fundo.

Não há bens protegidos pelo município ou pelo Estado; somente a manifestação Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira recebeu Registro em nível federal, o que contribui para a pontuação municipal no ICMS Patrimônio Cultural.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Não foram identificadas ações de educação patrimonial no município na pesquisa de campo e nas fontes consultadas.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Ipaba, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Ipaba é uma atribuição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Em entrevista realizada com o representante municipal obteve-se a informação de que o município possui um sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer. Obteve-se também a informação de que, embora a Política Nacional do Esporte assinale que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Ipaba não desenvolveu um Plano Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

De acordo com dados coletados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, o município de Ipaba dispõe do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei Municipal nº 548 de 17 de dezembro de 2009. Todavia, o referido órgão encontra-se inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, o município não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e tampouco de legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

De acordo com o entrevistado, Ipaba possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, porém, ele não soube informar o percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. O entrevistado informou ainda que a Prefeitura utiliza de recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

Os dados relativos ao indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹⁶ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” revelam que, em 2013, os gastos orçamentários de Ipaba nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,0% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,2% (FJP, 2013). O que representa uma supressão de 0,2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

Vale ressaltar que o entrevistado afirmou que não houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município em decorrência do Evento.

3.2.3.1.4 Programas, projetos e práticas

Em levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes constatou-se que o município de Ipaba tem participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

¹⁶ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

Nos levantamentos de dados em campo foi registrado que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonatos de Futebol, Campeonatos Regionais e Jogos Escolares de Minas Gerais.

Observa-se que o indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁷, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que “a participação do governo municipal de Ipaba na execução de ações, projetos e/ou programas relacionados com o esporte e o lazer, apresentou um índice de 178 em 2012, ficando entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado em 25/10/2016 no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, possibilita notar que o município de Ipaba não obteve pontuação no período avaliado, visto que, como já ressaltado, seu Conselho Municipal de Esportes se encontra cadastrado porém inativo. (Minas Gerais, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Salienta-se que para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de

¹⁷ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

programas/projetos no ano base - ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (Minas Gerais, 2016).

3.2.3.2 Espaços/equipamentos Esporte e Lazer

Foram identificados e inventariados três espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que se constituem em locais de encontro da comunidade, recreação, lazer, shows e festas da cidade, eventos e atividades físicas, esportivas e culturais.

Os espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer inventariados são os que se seguem:

- Estádio Municipal Manoel Carreiro.
- Praça Central
- Praça José Adelino

Tabela 11 Espaços/equipamentos Esporte e Lazer

Estádio Municipal Manoel Carreiro	Praça Central
	



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3 Clipping de notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisa no principal sítio de busca da internet, o google¹⁸. Para isso foi definida taxonomias com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância¹⁹. As taxonomia utilizadas foram: I) Ipaba E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Ipaba E barragem Fundão. Para Ipaba foram encontradas cinco notícias. A Tabela 12 abaixo apresenta a compilação dos resultados da referida pesquisa e a categorização preliminar da avaliação de impacto sobre a imagem do município.

18 goo.gl/46bXSx

19 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Tabela 12 Clipping de notícias do município de Ipaba

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operária	goo.gl/aE16fm	Nacional	Negativo
CBH-Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão	19/05/2016	IBIO AGD Doce	goo.gl/3P00em	Regional	Neutro
Marcha mobiliza cidade para relembrar tragédia de Fundão	26/10/2016	Diário do Aço	goo.gl/kfTuHo	Regional	Negativo
Samarco assina acordo de R\$20 bi para recuperação do rio Doce	03/03/2016	Diário Popular MG	goo.gl/cVhOA8	Regional	Negativo
#NãoEsqueçoMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	Ministério Público de MG	goo.gl/2vWvbv	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na notícia publicada em 09/11/2016²⁰ no sítio Liga Operária²¹ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco” afirma-se não ter havido punição para

²⁰ goo.gl/aE16fm

²¹ goo.gl/oFV2IU

as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo Evento, que teria sido um “crime premeditado”.

Entre as consequências descritas menciona-se a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Já uma série de outras localidades é listada, a fim de salientar que, cerca de um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades se encontra Ipaba.

Esta é, porém, a única menção ao município na notícia, não sendo, portanto, identificadas informações específicas ou aprofundadas.

No sítio do Instituto Bioatlântica, entidade ligada ao Comitê da Bacia do Rio Doce, foi publicada uma notícia sobre a reunião entre representantes do Comitê que compõe a Bacia do Rio Doce e gestores de 39 municípios atingidos pelo Evento. Conforme descrito, o intuito do encontro foi a apresentação de questões relacionadas ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela Samarco.

A notícia publica no site do jornal Diário do Aço, intitulada “Marcha mobiliza cidade para lembrar tragédia de Fundão”, está presente em um portal que veicula notícias da região do Vale do Aço. Nela destaca-se a mobilização da sociedade civil para a realização de uma marcha entre os municípios de Regência (ES) e Mariana (MG), com parada em diversas localidades ao longo da Bacia do Rio Doce. Entre as organizações integrantes da marcha consta o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. Em um relato, uma das integrantes dessa organização afirma que no município de Ipaba, a localidade mais impactada pelo Evento foi a Baixada do Coronel Roberto. Segundo a entrevistada, alguns terrenos e a produção agrícola de famílias de produtores rurais da referida comunidade foram tomados pela lama.

O site do Ministério Público de Minas Gerais - MPMG enfatiza em reportagem sobre o Evento que este foi “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”. Também informa as diversas frentes em que o MP tem atuado e menciona a instauração de Inquérito Civil no dia seguinte ao Evento, a fim de apurar as causas, desdobramentos e responsáveis pelo Evento.

3.4 Textos acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Ipaba é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²³, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções relevantes e recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁴ e a Onda Política²⁵ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁶ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁷, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 13 Síntese de citações - Ipaba

CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim

²³ goo.gl/hBGDKp

²⁴ goo.gl/BcEHVc

²⁵ goo.gl/x1VYhC

²⁶ Organização Não Governamental

²⁷ Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima é possível observar que o município de Ipaba foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS²⁸ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”²⁹, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são organizadas de modo a promover uma reflexão a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁰.

Salienta-se que o estudo em tela foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³¹. No documento, observa-se que a menção a Ipaba se

²⁸ Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

²⁹ PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

³⁰ Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

³¹ goo.gl/Ry1Shs Copy short URL



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



limita a uma listagem³² na qual descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

³² Página 55.



Síntese

4 Síntese - potencialidades e fragilidades observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); O Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo em um município. Dentro desse contexto, fica reafirmada a ideia que, de fato, em Ipaba, seu Sistema de Turismo não está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor. Apesar da preocupação demonstrada pelo gestor entrevistado, que afirma a importância do turismo para geração de renda, criação de empregos e desenvolvimento econômico, o município ainda não foi capaz de desenvolver seus órgãos e ferramentas básicas de gestão para o setor, tais como ter um COMTUR, FUMTUR e PMT.

As potencialidades do município apresentadas no diagnóstico no setor de turismo são a Lagoa de Ipaba (Lagoa da Avenida Contorno) e o rio Doce. Sendo assim, a característica marcante do turismo de Ipaba são os segmentos do turismo de negócios, religioso e lazer.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são a fraca oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (hotéis, restaurantes, bancos); a falta de investimentos e orçamento específico para área; a falta de sensibilização e mobilização da população local para o setor; e o fato do município não possuir atrativos trabalhados pela ótica do turismo.

Torna-se necessária a recuperação e revitalização da lagoa da Avenida Contorno; investimento em educação ambiental atraindo turistas para a região (a história de Ipaba com as águas é muito interessante); projetos na área do turismo e capacitações para introduzir a comunidade sobre o tema e possibilidades. Somando-se a isso, o município ainda não possui legislação de incentivo ao Turismo, o que poderia agregar a estes instrumentos uma forma de estímulo à atividade.

Logo, diagnostica-se que o turismo ainda é incipiente no município, faltando estruturas básicas organizacionais, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, a serem desenvolvidas para o fomento da atividade.

4.2 Cultura

Em linhas gerais é possível afirmar que a política cultural em Ipaba é incipiente, com pequena oferta de atividades e projetos, tanto do setor público quanto da iniciativa privada.

Como exposto ao longo deste relatório, o município não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e tampouco instituiu um Sistema Municipal de Cultura. Todavia, um dos gestores entrevistados considerou que a cultura é muito importante, pois “o município trabalhando a cultura na cidade, desenvolve o aprendizado e o interesse de toda comunidade; traz mudanças”.

Em entrevista, foram apontadas como potencialidades locais para o desenvolvimento da cultura a existência de espaços para apresentações teatrais em praças, e a possibilidade de saneamento e conservação da Lagoa da Avenida do Contorno para abrigar projetos de lazer.

É importante destacar, ainda, o potencial de elevação da pontuação do município junto ao ICMS Patrimônio Cultural, caso sejam realizadas as ações necessárias junto ao Iepha, o que poderá significar mais recursos para investimento nas políticas de cultura e patrimônio em Ipaba.

O Instituto Cenibra é um possível parceiro importante a ser levado em conta para a realização de ações, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, propostas no município, pois apoia projetos nas áreas de educação ambiental e patrimonial, cultura, esporte e desenvolvimento social nos 54 municípios de sua base territorial de atuação, dentre eles Ipaba.

Os problemas mencionados em entrevistas se referem à falta de parcerias e recursos, bem como a escassez de ofertas culturais e oportunidades para os moradores.

Por fim, é fundamental destacar a necessidade de se realizar a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a implantação do Sistema Municipal, com todos seus componentes, de forma a incrementar e fortalecer a política cultural local, garantindo a democratização do acesso aos bens simbólicos do presente e do passado para a população ipabense.

4.3 Esporte e Lazer

Ipaba é um município que apresenta uma frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer. Conforme salientado no diagnóstico, o órgão incumbido de gerir a política de esporte e lazer acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

O representante municipal entrevistado informou ainda que existe uma dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, embora ele não tenha informado o percentual destinado à promoção, fomento e ao apoio ao Esporte e Lazer em relação ao orçamento total do município.

Quanto à adesão deste município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrado que Ipaba tem participação em um programa: Jogos Escolares de Minas Gerais. O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que desempenha papel fundamental na organização e controle da gestão pública local encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Além disso, a inexistência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, reforçam a assertiva acerca da fragilidade na gestão da política de esporte e lazer local.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois muitas oportunidades foram criadas por meio de iniciativas de esporte na cidade. Jogadores profissionais foram revelados em decorrência do incentivo à prática do esporte nas escolas, principalmente no futebol. Ele entende que as modalidades esportivas Futebol, Judô, Taekwondo e Capoeira são as maiores potencialidades, contudo, a falta de apoio das empresas da região foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Ipaba, pois se trata de uma "cidade alegre e com praças dotadas de academia ao ar livre". Além disso, é um município onde as pessoas têm tempo para a prática do lazer, o que proporciona qualidade de vida. O entrevistado ressalta ainda que os diversos

campinhos, as praças de skate e as quadras são as potencialidades observadas, entretanto, a falta de recursos é a principal fragilidade observada para o desenvolvimento deste setor.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para o desenvolvimento do esporte e do lazer são:

- Criar espaços de lazer e recreação;
- Revitalizar praças que já existem na cidade;
- Parcerias com empresas da região para investimento em campeonatos de futebol.

Além disso, a partir do diagnóstico elaborado foi possível observar que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer local, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em infraestruturas e equipamentos de esporte e lazer, são medidas necessárias para a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 14.

Tabela 14 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 15 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											

Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Impacto sobre Bens Imóveis											
Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
Impacto sobre Bens Móveis											
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
Alteração de Costumes Locais											
Alteração na Agenda Cultural											
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
Alteração do Calendário Esportivo											
Alteração de atividades de entidades esportivas											
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Impacto sobre Espaços de Sociabilização											

Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 19 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 19 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 20, a seguir:

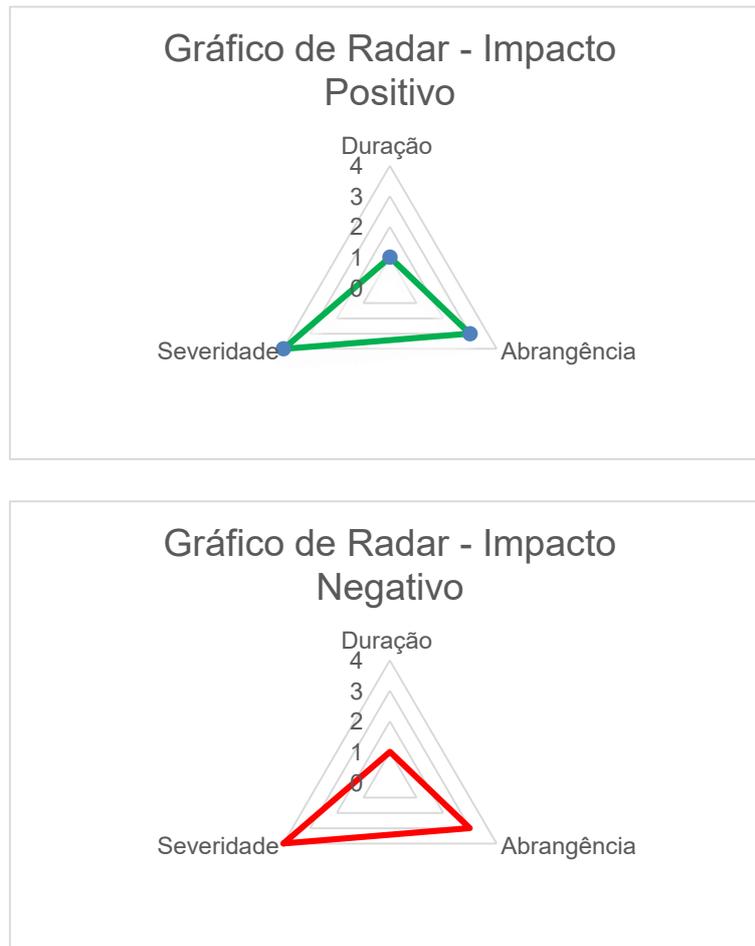


Figura 20 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 21 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade				
		1	2	3	4	
Níveis de Magnitude	4					<div style="background-color: #008000; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto pouco significativo <div style="background-color: #ffff00; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto significativo <div style="background-color: #f4a460; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto muito significativo <div style="background-color: #ff0000; width: 20px; height: 15px;"></div> Impacto crítico
	3					
	2					
	1					

Figura 21 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

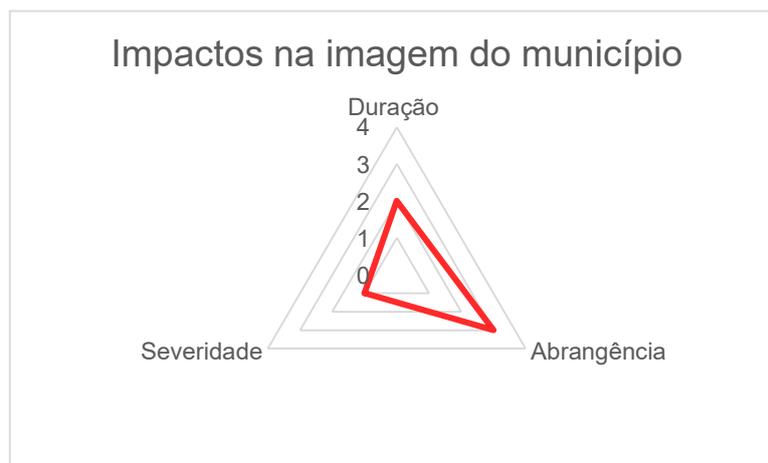
5.2.1 Impacto na imagem do município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão nos níveis regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Esse conjunto de comunicações midiáticas e de produções científicas repercutiu sobre a imagem de Ipaba, conforme se pode verificar por meio da análise procedida a partir da montagem de um clipping de notícias e de um recorte amostral de artigos científicos.

Tal como mencionado no diagnóstico, as notícias e os artigos científicos não representam elevados graus de expressividade. Face a tais resultados, considera-se que o impacto na imagem do município foi negativo, direto, de média duração (2), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste município, sem maiores repercussões. A severidade do impacto foi considerada como baixa (1), em função da quantidade de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento com a vinculação do nome do município.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

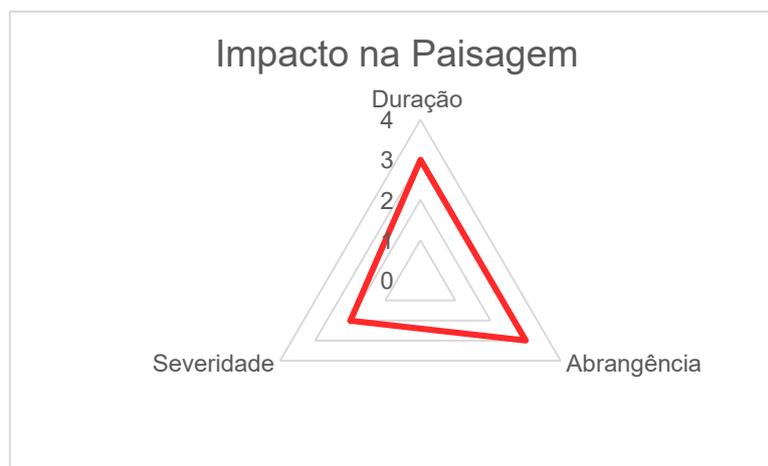
5.2.2 Impacto na paisagem

O evento de rompimento da barragem do Fundão gerou impacto na paisagem em diversos locais ao longo da margem da calha do Rio Doce, modificando a vegetação e alterando o cenário desses locais.

No município de Ipaba não foi diferente: a vegetação rasteira foi bastante afetada, principalmente na Baixada Coronel Roberto, região ribeirinha. Segundo o gestor público entrevistado, devido à lama depositada no rio, foram encontradas 10 toneladas de peixes mortos na região.

Trata-se de um impacto de natureza negativa, que decorre diretamente do rompimento da barragem de Fundão, de abrangência municipal (3) e longo prazo (3), considerando que, estima-se, serão necessários mais que cinco anos para o restabelecimento da paisagem nas condições originais. Considerados esses aspectos e que o Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem, avalia-se como média a severidade (2) do impacto em tela.

Gráfico 3 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

5.2.3 Impacto na pesca amadora e outras formas de lazer

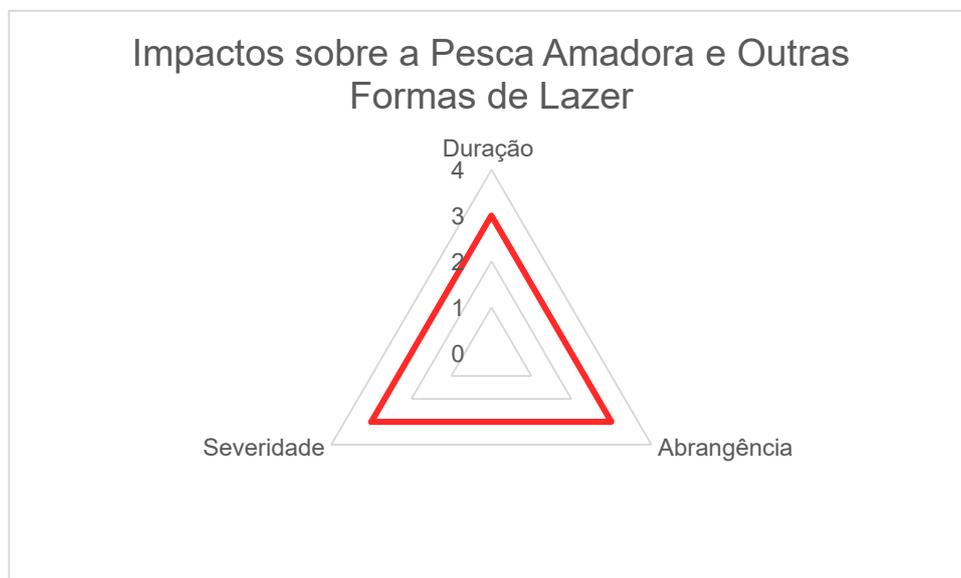
No município de Ipaba muitos moradores da região ribeirinha utilizavam o Rio Doce para a prática de pesca esportiva amadora e, parte deles, para a pesca de subsistência. Com o despejo dos rejeitos da barragem de Fundão e a contaminação das águas do rio, houve mortandade de peixes e, com isso, a interdição das atividades de pesca esportiva amadora, bem como outras modalidades de pesca. As atividades de pesca amadora esportiva na bacia do rio Doce foram interditadas em função do Evento – Portaria IEF nº 78/2016 e, no período em que se realizaram os levantamentos de dados em campo, tal interdição também se dava em função do período de Defeso – Portaria IEF nº 155/2011.

Com a repercussão de informações sobre o Evento na mídia regional, nacional e internacional, o imaginário popular foi povoado pela ideia da contaminação das águas e, por sua vez, dos riscos para a saúde em caso de contato. Com efeito, as demais atividades de lazer antes realizadas no rio foram totalmente paralisadas.

Para além dos moradores do município, especialmente da população ribeirinha, a interdição da pesca amadora afetou também o lazer de pescadores visitantes do município.

Os aspectos ora descritos possibilitam afirmar que o impacto em tela é de natureza negativa e originado diretamente do Evento. Acrescenta-se que este impacto tem abrangência municipal (3) e os seus efeitos são de longa duração (3), uma vez que, estima-se, o restabelecimento das condições adequadas às práticas de lazer é superior a cinco anos. Dadas essas características, avalia-se como média-alta (3) a severidade do impacto em questão, pois o mesmo alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 4 Impactos sobre a pesca amadora e outras formas de lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Face à abrangência e à severidade do impacto em termos de alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer avalia-se este impacto como muito significativo (3).

5.2.4 Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações e alteração de costumes locais

Os levantamentos de dados em campo, por meio da observação in loco e da realização de entrevistas com gestores públicos e lideranças locais possibilitaram identificar a ocorrência de alteração nos costumes, tradições e modos de vida locais devido ao Evento.

Informa-se que era costume entre os moradores locais utilizar o rio Doce e suas imediações em práticas de lazer, pesca, banho, lavagem de roupa, rituais religiosos de batismo e, ainda, em atividades agrícolas. No entanto, a contaminação das águas do rio Doce pelos rejeitos da barragem de Fundão ocasionou alterações em tais atividades

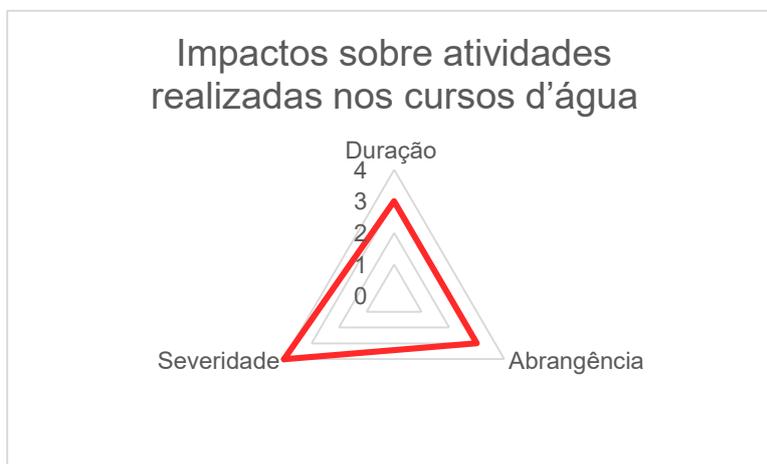
culturais realizadas nos cursos d'água e imediações. Assinala-se que os rituais religiosos de batismo, bem como a prática de lavar roupa no rio não tem ocorrido mais. Do mesmo modo foram prejudicadas as práticas de atividades esportivas e de lazer, tais como o jogo de futebol no "campinho" à beira do rio, o banho, e a pesca.

A agricultura local também foi diretamente impactada, com os moradores da região ribeirinha tendo que mudar de suas casas, perdendo, com isso, seus animais. Nota-se, assim, que, além das atividades de lazer, o Evento impactou também os costumes locais, associados às práticas cotidianas e à gastronomia local, tendo em vista que um importante elemento da dieta diária, o peixe, deixou de estar disponível para consumo.

Os gestores e lideranças entrevistados afirmaram que não houve qualquer intervenção da Samarco com vistas à mitigação dos impactos ora descritos. As intervenções mencionadas - perfuração de poços artesianos - foram iniciativas da Prefeitura Municipal em parceria com a Copasa, mas, segundo os entrevistados, foram insuficientes para sanar os efeitos dos impactos gerados.

Trata-se, pois, de um impacto de natureza negativa, diretamente originado do Evento, de abrangência municipal (3) e de longa duração (3), considerando que, estima-se, o restabelecimento das condições originais do rio e de suas imediações demandará um período superior a cinco anos. Isto posto avalia-se como alta a severidade (4) do impacto em tela, pois implica em modificações radicais das práticas sociais cotidianas e elevado risco de desaparecimento e ou comprometimento das atividades.

Gráfico 5 Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Face à abrangência e à severidade do impacto em termos de alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer avalia-se este impacto como crítico (4).

Tabela 16 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Abrangência/M	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Divulgação de notícias e artigos	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	1	1
Impacto sobre a paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	3	2	2	Ações de Requalificação Ambiental Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das	1	2	1

								políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer			
Impactos sobre as Pescas Amadora e Esportiva	Pesca amadora e esportiva	IN	ID	3	3	3	3	Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água	Pesca amadora, banhos, natação, batismo e gastronomia	IN	ID	3	3	4	4	Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Créditos e Referências



6 Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 17 Listagem de participantes de reunião institucional em Alpercata

Nome	Nome do órgão/Setor
Cleber Fidelis	Prefeitura Municipal de Ipaba/ assessor de gabinete
Norma Rodrigues Pacheco	Prefeitura Municipal de Ipaba/ assessor de gabinete
Sílvia - Engenheira Ambiental	Prefeitura Municipal de Ipaba/ assessor de gabinete
Edna Oliveira Souza	Prefeitura Municipal de Ipaba/ assessor de gabinete

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Equipe técnica

Tabela 18 Equipe técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental

			Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarim	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível

em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FEC - FUNDO ESTADUAL DE CULTURA. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. IPABA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM: 10/12/2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO CENIBRA, DISPONÍVEL EM: <http://www.institutocenibra.org.br/pagina/31/agua-limpa.aspx>, ACESSO EM 22/12/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPABA. EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16. ACESSO EM: 08/12/2016.

IPABA, SÍTIO DA PREFEITURA DISPONÍVEL EM:

http://www.ipaba.mg.gov.br/novo_site/index.php , ACESSO EM: 10/01/2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2017.

MINAS GERAIS, SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, 2016. ACESSO EM: 25/10/2016

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO

ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE IPABA. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11/ 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

TCE - PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001